

Diário do Legislativo de 25/03/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 14ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 2ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Mundial da Água e ao Lançamento da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas

1.3 - 7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.4 - 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/3/2004

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Proposta de Ação Legislativa nº 217/2004 - Ofícios - Questões de ordem - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.460 a 1.465/2004 - Requerimentos nºs 2.532 a 2.544/2003 - Requerimentos das Comissões de Transporte, de Meio Ambiente e de Segurança Pública, das Deputadas Ana Maria Resende (2) e Marília Campos (2) e dos Deputados Adalclever Lopes (2), Laudelino Augusto, José Henrique e outros, Paulo Piau e outros, Gilberto Abramo (2), Fahim Sawan (6), Paulo Piau (6), Carlos Pimenta (18) e Ricardo Duarte (2) - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente, de Fiscalização Financeira, de Segurança Pública (2), de Transporte (2), de Turismo (2), de Assuntos Municipais (2), do Trabalho, de Meio Ambiente, de Direitos Humanos, de Educação e de Participação Popular, dos Deputados Elmiro Nascimento e Paulo Piau e da Deputada Maria Olívia - Questões de ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Mauro Lobo e Alberto Bejani - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Registro de presença - Decisão da Presidência - Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 70/2004 - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos das Deputadas Ana Maria Resende e Marília Campos, dos Deputados Fahim Sawan (6), Gilberto Abramo, Laudelino Augusto, José Henrique e outros, Paulo Piau e outros, Adalclever Lopes, Paulo Piau (3), Carlos Pimenta (18), Gilberto Abramo, Paulo Piau, Ricardo Duarte (2) e da Deputada Ana Maria Resende; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 223 e 935/2003; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimentos das Comissões de Meio Ambiente, de Transporte e de Segurança Pública, dos Deputados Adalclever Lopes e Paulo Piau (2) e da Deputada Marília Campos; aprovação - Questão de ordem; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - George Hilton - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado George Hilton, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 217/2004

Do Sr. Rômulo Antônio Viegas, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS -, solicitando a realização de audiência pública sobre as OSCIPs. (- À Comissão de Participação Popular.)

OFÍCIOS

Do Sr. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.384/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.142/2003, da Comissão de Transporte; 1.833/2003, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, e 2.042/2003, do Deputado Gil Pereira.

Do Sr. Sebastião de Faria Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru, encaminhando ata de reunião dessa Casa em que foi denunciada a violação do gabinete do Vice-Prefeito do município.

Do Sr. Genir Carneiro da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, encaminhando a Representação nº 1.435/2004, da Vereadora Zélia Couri.

Do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria da Educação. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Karam, da Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.439/2003, do Deputado João Bittar. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.439/2003.)

Do Sr. João Leite da Silva Neto, Presidente do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-MG -, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.043/2003, da Comissão de Segurança Pública.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, solicitei essa questão de ordem para comunicar aos nobres companheiros desta Casa a nota que eu e o Deputado Federal Cabo Júlio acabamos de assinar e repassamos a todas as emissoras de televisão, de rádio e da imprensa escrita. Estamos providenciando o seu envio a todas as lideranças ligadas aos nossos gabinetes. O documento tem o seguinte teor. (- Lê:)

"Desde o mês de maio de 2003, o Deputado Estadual Sargento Rodrigues e o Deputado Federal Cabo Júlio tentam negociar um aumento salarial para os policiais militares e civis e os bombeiros com o Governador Aécio Neves. A insatisfação desses servidores com a política salarial era muito grande. Passados dez meses do início das negociações, o Deputado Estadual Sargento Rodrigues e o Deputado Federal Cabo Júlio saíram frustrados de uma reunião com o Governador, realizada no dia 22 de março, e comunicaram o rompimento com o Governo Estadual. Considerando que os servidores da segurança estão há três anos sem aumento salarial; considerando o sucateamento da frota e dos equipamentos das polícias e dos bombeiros, noticiado pelos principais veículos de comunicação; considerando o atraso no repasse dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM -, afetando a saúde dos policiais, dos bombeiros e dos seus familiares; considerando as denúncias de corrupção envolvendo o alto comando da Polícia Militar; considerando o não-cumprimento do envio, em agosto do ano passado, do Estatuto dos Militares e da Lei Orgânica da Polícia Civil para a Assembléia Legislativa, conforme compromisso assinado pelo próprio Governador em 2003; e considerando a insensibilidade do Governo em relação ao reajuste salarial, o Deputado Estadual Sargento Rodrigues e o Deputado Federal Cabo Júlio comunicam o fim das negociações e o início de uma mobilização da categoria por melhores salários".

Portanto, Sr. Presidente, fizemos várias tentativas com o Governador Aécio Neves. No ano passado, 29 companheiros morreram no embate

com marginais. O crescimento da criminalidade é evidente, o que acarreta maior enfrentamento de criminosos com a polícia. O sucateamento da frota e a falta de equipamentos também fazem com que as condições de trabalho coloquem os profissionais em situação de risco de maneira ainda mais acentuada, e o confronto gera perda de vidas dos companheiros. É necessário esclarecer ainda que, desde maio do ano passado, quando as entidades de classe dos policiais civis e militares tentavam fazer confronto e partir diretamente para a greve, fomos os primeiros a procurar o Governo e a buscar uma negociação, dizendo-lhe que aquele não era o momento adequado para fazer qualquer tipo de enfrentamento.

Portanto, buscamos entendimento com o Governador desde o ano passado, com o objetivo de encontrar uma solução que seja boa para os policiais e para a população. Na medida em que a frota da polícia é sucateada, assistimos a uma drástica perda na área da segurança pública, porque não há como fazer enfrentamento devido à insuficiência de equipamentos e viaturas. Existe insensibilidade por parte do Governo em atender as nossas reivindicações. Ontem, saímos decepcionados da reunião, que durou uma hora e meia, com o Governador. Mostramos a ele que existe realmente um crescimento de insatisfação, presente inclusive nos batalhões da Capital.

Após o anúncio, a 15ª Cia. da Polícia Militar, sediada na Região Norte da nossa Capital, manifestou, de pronto, a vontade de paralisar suas atividades. No momento estamos apenas comunicando às lideranças políticas, a nossos policiais, a toda a imprensa e aos parlamentares desta Casa que não queremos que as cenas de 1997 venham a se repetir. Entre estar defendendo os interesses do Governo e defendendo os interesses daqueles que me elegeram Deputado, fico com os que me elegeram Deputado. A população está sentindo uma crescente insegurança no nosso Estado, mas, para que policiais possam fazer segurança, é necessário que haja equipamentos, viaturas e um salário digno, capaz de dar segurança também ao policial.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, quero dizer a V. Exa. que não estamos de portas fechadas ao diálogo com o Governo, mas deixo claro para o Governador Aécio Neves que, a partir de hoje, iniciaremos uma mobilização no Estado para a realização de uma grande assembleia que acontecerá nos próximos 15 dias. Quem sabe se o dia 21 de abril, quando comemoramos o dia da maior liderança que já houve neste País, o do bravo alferes Tiradentes, patrono das Polícias Militares do Brasil, não será o grande dia da nossa paralisação? Vamos dar uma demonstração de força, para que o Governo possa, de uma vez por todas, abandonar o discurso técnico e frio, força que o próprio Governo Azeredo sentiu na pele em 1997, quando praticou o mesmo erro.

Espero que o Governador Aécio Neves não deixe isso acontecer. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, faço questão de usar a palavra neste momento para testemunhar o que o Deputado Sargento Rodrigues expressou e que pude verificar, como membro da Comissão de Segurança Pública, desde o início desta legislatura, primeiro ano de funcionamento dessa Comissão. Falo da paciência com que o Deputado Sargento Rodrigues procurou obter parte das reivindicações feitas pela Polícia Militar do Estado até hoje, junto ao Governo. O Deputado Sargento Rodrigues vem, há muito tempo, levando à Comissão de Segurança Pública problemas graves, que vêm acontecendo no Alto Comando da Polícia Militar, com oficiais. Alguns deles, como disse o próprio Deputado, relativos até à corrupção por parte de oficiais, que sempre encontram o caminho da não-verificação e da não-punição. Portanto, o Comando da Polícia Militar, ao invés de agir, acaba por ser um comando fraco, que permite que as coisas aconteçam sem que nenhuma atitude seja tomada. Foram vários os exemplos que o Deputado Sargento Rodrigues levou à Comissão, tentando fazer com que essas questões fossem apuradas. Mas não conseguiu vitórias nem na sua necessidade de análise dessas denúncias ali postas.

Há muito tempo, procura-se fazer uma discussão sobre o papel da Polícia Militar, sobre como valorizá-la. Fala-se no Estatuto da Polícia Militar. Vieram todos os planos de carreira, mas o Estatuto da Polícia Militar não veio, assim como também não veio a Lei Orgânica da Polícia Civil. Eram dois compromissos do Governo, não só com a categoria, mas também com os Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, que, há muito, vêm tentando esse diálogo com o Governo, sem sucesso.

Quero parabenizar o Deputado Sargento Rodrigues por ter uma postura mais forte com relação a essas reivindicações, chamando o Governo ao diálogo, mas também chamando a atenção para o fato de que já passou muito tempo e que o Governo, até agora, não deu nenhuma resposta a essas questões. A paciência foi uma dádiva que o Deputado Sargento Rodrigues mostrou na Comissão.

Agora sua postura se baseia na cobrança de respostas mais rápidas. O Deputado Sargento Rodrigues tem receio de que venha a perder a Presidência da Comissão de Segurança Pública, porque se posiciona de forma mais rígida em relação ao Governo. Há indícios de retaliação, pois a hipótese de destituir o Deputado da Presidência já está sendo veiculada como punição exemplar. Quem não concorda com o Governo não merece a Presidência nas Comissões e deve rezar conforme a cartilha, sem direito à reclamação.

Embora tal ato dependa do Governo, solidarizo-me com o Deputado Sargento Rodrigues. Sou testemunha - e gostaria de que os outros membros da Comissão se manifestassem - da lealdade com que ele dirige a Presidência e do serviço que vem prestando a esta Casa. Seria ruim que fosse privado da Presidência como forma de punição, por não concordar com o Governo e por levantar pontos importantes, denúncias não apuradas, reivindicações que deveriam ser atendidas pelo menos parcialmente pelo Governo e por ter-lhe mostrado os caminhos a ser seguidos.

Deputado Sargento Rodrigues, conte com a compreensão e com o apoio do PT. É preciso cobrança mais dura em relação ao Governador Aécio Neves, no que diz respeito às Polícias Militar e Civil. Tenha a nossa solidariedade para continuar Presidente da Comissão, na qual tem feito trabalho democrático e eficiente, valorizando o papel desta Casa. Obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, segundo notícias, hoje de manhã um Cabo da Polícia Militar desceu de um ônibus para evitar que um motoqueiro fosse assaltado por um arrastão de 15 pessoas. Como foi agredido, o Cabo se sentiu obrigado a sacar sua arma e a atirar, ferindo a mão de um dos bandidos. O Cabo está preso, e o bandido, solto. Houve outro assalto. Na igreja do Belvedere, fizeram pessoas de reféns e arrombaram o cofre. Esse é o final dos tempos.

Conhecemos a subserviência desta Casa aos demais Poderes, com os quais não temos relação harmônica. Apesar de chegar tarde a minha casa, acompanho alguns acontecimentos pela TV Assembleia. Fui surpreendido neste final de semana ao assistir às pessoas ditando receita de bolo, a balé, e a teatro infantil. Por último, a subserviência desta Casa chegou a tal ponto que a Associação dos Magistrados de Minas Gerais - AMAGIS -, que não é personalidade pública, mas jurídica, ONG para atender aos interesses dos profissionais da magistratura, tem um programa na TV Assembleia.

Mais absurdo do que isso é a Associação dos Promotores, agora, também, ter um programa na TV Assembleia.

Sr. Presidente, até por questão de equiparação e de justiça, gostaria que V. Exa. enviasse ofício à TV Justiça e procurasse ver se a Assembleia consegue, pelo menos, ser ouvida nessa tevê. É o cúmulo da subserviência.

Quero parabenizar aqui o Deputado Sargento Rodrigues pela defesa da Polícia Militar, porque não é só ela que está sem arma, sem carro, sem comando e sem rumo, não; a Polícia Civil também. A negligência e a parcimônia que estamos vendo das nossas autoridades estão levando a um índice de criminalidade em Minas Gerais jamais visto. Quanto à questão do emprego, já estamos vendo o que está ocorrendo, com a

contribuição dos companheiros, que alguns dos Ministros preferem chamar de vagabundos. Sabemos o que está ocorrendo no País.

Gostaria de suscitar a V. Exa. nem uma questão de ordem, mas de subserviência desta Casa, Sr. Presidente. Veja a que nível chegamos. Para que presta essa televisão da Assembléia? É para levar informações do Legislativo ou para promoção de gaiatos da nossa sociedade? Trata-se do maior absurdo que já vi na minha vida.

Quero dizer mais ainda a V. Exa. Estamos prestes a ter um episódio semelhante ao que ocorreu no Governo Eduardo Azeredo, quando houve a rebelião das Polícias Militar e Civil neste Estado. Isso será o caos, Sr. Presidente. Peço a atenção de V. Exa., porque já temos 13 protocolos de CPI nesta Casa. O que este Estado tem para esconder, que não podemos instalar essas comissões? O que o Estado tem a esconder da sociedade, que esta Casa já não pode cumprir o seu papel de investigação?

É uma questão de ordem que levanto, Sr. Presidente. Isso se não for deixar V. Exa. melindrado como Presidente desta Casa, porque, hoje, já é uma questão de subserviência, e não uma questão de ordem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado que formalize seu requerimento.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz a este microfone para, numa questão ordem, também abordar o tema da segurança é minha profunda preocupação com a forma como as questões foram aqui postas. No entendimento deste parlamentar, é preciso que haja uma palavra não apenas de moderação, mas de esclarecimento, a fim de que não atentemos contra os interesses institucionais e públicos do povo de Minas Gerais.

Em primeiro lugar, destaco que não apenas sempre defendi e estive ao lado da Polícia Militar, mas também sou testemunha de que isso não é prerrogativa de um, de dois nem três Deputados. Esta Casa, como um todo, sempre tem reconhecido a importância tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil de Minas Gerais. Isso é indiscutível num tempo em que a violência campeia no Brasil inteiro, e não apenas em Minas Gerais. Trata-se de um problema nacional, que deve ser enfrentado com seriedade e com respeito às nossas instituições.

É indiscutível também que o Governador Aécio Neves, desde o primeiro momento, tem tido uma atenção especial, tem tomado atitudes concretas com relação a esse setor, como, por exemplo, a busca por ampliação do número de policiais nas ruas. Há perspectiva de novas contratações. Há melhor armamento da Polícia Militar; aliás, várias dessas decisões foram anunciadas aqui nesta Casa pelo próprio Deputado Sargento Rodrigues, por quem temos um enorme respeito e que, por mais de uma vez, por reiteradas vezes, veio dar contas de várias ações concretas tomadas em benefício do povo mineiro, demonstrando, com isso, a seriedade do Governador Aécio Neves com esse assunto.

Compreendemos perfeitamente e respeitamos que o Deputado Sargento Rodrigues queira passar a ser da Oposição, o que é absolutamente democrático e legítimo. Ele manifestou isso na sua fala, dizendo que ele e o Cabo Júlio rompem com o Governo. Isso foi dito de forma clara, e nós respeitamos tal decisão.

Entendemos, Sr. Presidente, e é nessa direção a abordagem da minha questão de ordem, que todos respeitamos a Polícia Militar, assim como respeitamos todos os servidores públicos. Queremos segurança, assim como também educação e saúde de qualidade. Esta Casa analisará planos de cargos e salários, assim como analisará o Estatuto dos Servidores da Polícia Militar, além do plano de carreira que alcança todos os servidores, tanto os da Polícia Militar quanto os da Polícia Civil.

Analisaremos também as tabelas que serão enviadas a esta Casa. O Governador está reorganizando financeira e administrativamente o Estado, com seriedade, transparência e dedicação. Não podemos admitir que sejam rompidos os princípios basilares da Polícia Militar - disciplina e hierarquia -, que são fundamentais para a sociedade e para a própria polícia, que possui comando e organizações que a representam. É absolutamente legítimo que negociem suas aspirações, mas quebrar a disciplina e a hierarquia significa romper com o Estado democrático, criando situação de ingovernabilidade. Ameaças de paralisação não contribuem para o desenvolvimento de Minas.

Essa atitude não se coaduna com os princípios da Polícia Militar, com que estou sempre em contato. Ontem, em Divinópolis, participei da cerimônia de lançamento do Programa Vida Viva, realizado em parceria pelas Polícias Militar e Civil. No fim de semana, em Carmo da Mata, encontrei-me com o Comandante de Lavras, com o pessoal da Companhia Avançada de Oliveira e com a regional da Polícia Civil de Divinópolis, a fim de discutirmos problemas relacionados com a segurança. Hoje conversei duas vezes com o Comandante da 4ª Região Militar.

Segurança é fundamental, significando também respeito a cada militar, a cada Soldado, a cada Detetive. Os problemas não são resolvidos com ameaças de paralisação, que só causará dissabores para o povo mineiro e para a própria polícia. É preciso que haja justiça. Mas uma coisa é transformar-se em oposição e outra é ignorar o esforço do Governador Aécio Neves, a seriedade com que está conduzindo o Estado a fim de melhorar a segurança, além do respeito demonstrado a todos os servidores, enviando planos de carreira a esta Casa. Após a revisão do estatuto militar, a definição dos planos de carreira e a análise das condições financeiras do Estado, talvez possamos discutir também aumentos salariais.

É preciso que haja respeito aos militares, mas não podemos aceitar ameaças de indisciplina e paralisação, que somente trarão o caos para Minas, em nada contribuindo para o Estado democrático nem para a própria Polícia Militar, que, apesar de respeitada e admirada pela população, seria colocada contra o povo e os interesses de Minas. Com certeza, os militares não desejam isso. Muito obrigado.

Sr. Presidente, não dirigi ofensas a quem quer que seja. Tenho absoluta certeza. Recordo-me de cada palavra que disse.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.460/2004

Declara de utilidade pública a Associação de Capoeira Guerreiros de Zumbi, com sede no Município de Viçosa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Capoeira Guerreiros de Zumbi, com sede no Município de Viçosa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 18 de março de 2004.

Paulo Piau

Justificação: A Associação de Capoeira Guerreiros de Zumbi - ACGZ - é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 20/9/82 e registrada em cartório de registro de títulos e documentos de Viçosa em 15/6/97.

A entidade atua em prol da cultura e do esporte, participando das festividades cívicas, culturais e de entretenimento do município, além de proporcionar aos associados a prática de capoeira como manifestação cultural, resgatando sua história e promovendo sua difusão na comunidade viçosense.

A entidade apresenta atualmente o projeto cultural de capoeira na Escola Experimental de Arte da Prefeitura Municipal de Viçosa, na Escola Estadual Raul de Leone, na Escola Municipal Edmundo Lins, nas comunidades de Nova Viçosa e de Rebusca, e, com a divisão de assuntos culturais da Universidade Federal de Viçosa - UFV, promove jornadas culturais desde o ano de 1992.

A entidade promove, por meio da capoeira, a integração de adolescentes na sociedade, afastando-os das ruas e das práticas nocivas à saúde e proporcionando-lhes o desenvolvimento físico, mental e social. Pretende-se, assim, estimular a auto-estima, bem como formar o cidadão capaz de observar de maneira crítica o seu meio, para que ele possa exercer sua cidadania de maneira plena.

O Município de Viçosa, em consideração ao relevante trabalho prestado à comunidade, reconheceu, por intermédio da Lei nº 1.396, de 2000, a Associação de Capoeira Guerreiros de Zumbi como de utilidade pública municipal.

A ACGZ é uma entidade de tradição na capoeira e de elevado conceito na comunidade onde atua, colabora e desenvolve parcerias com instituições que defendem o estado democrático e a justiça social e vem realizando um importante trabalho de atividades culturais, esportivas e de entretenimento. Submetemos esta proposição à apreciação dos nobres pares deste parlamento e esperamos a aprovação do projeto declaratório apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.461/2004

Declara de utilidade pública a Lira de Santo Antônio de Igarapé, com sede no Município de Igarapé.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Lira de Santo Antônio de Igarapé, com sede no Município de Igarapé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de março de 2004.

Maria Tereza Lara

Justificação: A Lira de Santo Antônio foi fundada em maio de 1973 e tem por finalidade a difusão da cultura, do esporte e do lazer por meio da música. Vem desenvolvendo um brilhante trabalho que tem ajudado muito a juventude de Igarapé.

Declará-la como de utilidade pública estadual é um justo reconhecimento por parte desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.462/2004

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Ágape - ABA -, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Ágape - ABA -, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2004.

Chico Simões

Justificação: Em 1999, durante a administração democrática e popular que governava Coronel Fabriciano, um grupo de pessoas que prestavam serviços sociais voluntários junto às comunidades carentes reuniu-se e criou a Associação Beneficente Ágape - ABA -, mantendo, por longo tempo, um albergue para migrantes na Rua Alberto Sharlet.

Amparada pela LOAS e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a ABA iniciou um novo trabalho de prestação de assistência social aos setores marginalizados da cidade, buscando assegurar direitos básicos de educação, profissionalização, abrigo, segurança alimentar, entre outros.

Hoje a entidade presta vários serviços à sociedade, com casa de passagem, mobilização civil, apoio ao cooperativismo, visitas domiciliares e participação na defesa das políticas públicas, conforme demonstra seu relatório de atividades, além de diversos planos ainda em implementação.

Considerando todo o trabalho desempenhado e os benefícios que a entidade presta à comunidade, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.463/2004

Declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Estrela do Sul, com sede no Município de Estrela do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Estrela do Sul, com sede no Município de Estrela do Sul.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2004.

Leonídio Bouças

Justificação: O Asilo São Vicente de Paulo de Estrela do Sul, com sede no Município de Estrela do Sul, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica, caritativa e de assistência social e não tem fins lucrativos. Tem por finalidade precípua a prática da caridade cristã por meio da assistência social e da promoção humana.

A entidade está em pleno e regular funcionamento há mais de dois anos, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Visto que a entidade desenvolve um trabalho de natureza social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública estadual. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.464/2004

Declara de utilidade pública o Instituto Humanitas FAAP - IHF -, Centro Comunitário Infantil Padre Romano João Merten, com sede no Município de Diamantina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Humanitas FAAP - IHF -, Centro Comunitário Infantil Padre Romano João Merten, com sede no Município de Diamantina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 12 de março de 2004.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública o Instituto Humanitas FAAP, entidade beneficente sem fins lucrativos que tem por missão "promover a cultura da vida, da solidariedade e da paz, fomentando espaços socioculturais, de saúde, de educação e comunicação que permitam o desenvolvimento social e a garantia dos direitos de cidadania, especialmente dos mais pobres e da integridade da criação, conforme reza seu estatuto social.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares a sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.465/2004

Acrescenta parágrafo e altera a redação do § 2º do art. 11 da Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta :

Art. 1º - O art. 11 da Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, fica acrescido do seguinte § 3º, passando seu § 2º a vigorar com a redação que se segue:

"Art. 11 -

§ 2º - O Poder Executivo concederá descontos:

I - para o pagamento do tributo em cota única;

II - para o proprietário dos veículos definidos nos incisos I, II, IV, V e VII do artigo anterior que não tenha incorrido em infração prevista no Código de Trânsito Brasileiro, obedecida a seguinte progressão:

a) 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, caso não tenha cometido infração de trânsito no ano civil anterior;

b) 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, caso não tenha cometido infração de trânsito nos últimos dois anos civis;

c) 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, caso não tenha cometido infração de trânsito nos últimos três anos civis.

§ 3º - Os descontos previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior não são cumulativos, cabendo ao contribuinte a opção por um deles.

§ 4º - Ficam as aeronaves excluídas da possibilidade de obtenção dos descontos previstos no § 2º deste artigo."

Art. 2º - Cabe ao poder público estadual divulgar, nas campanhas educativas de trânsito por ele realizadas, o benefício constante nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2004.

Roberto Carvalho

Justificação: O Brasil figura, infelizmente, como um dos recordistas de acidentes de trânsito: o trânsito é a 3ª "causa mortis" no Brasil; 55% da ocupação dos leitos hospitalares se dá em decorrência de acidentes; no Brasil, são 45 mil mortes/ano (incluindo óbito após 24 horas do acidente, oficialmente são 26 mil mortes); 380 mil feridos/ano; o Governo gasta em média R\$ 14.000,00 com vítima não fatal de acidente de trânsito; acidentes de trânsito são o 2º maior problema de saúde pública do País, só perdendo para a desnutrição. O objetivo do projeto que ora estamos apresentando é estimular o cumprimento da legislação de trânsito e premiar aqueles que não tenham infringido as normas legais pertinentes.

O projeto tem linha diversa da que tem sido comumente adotada pelas leis em geral, ou seja, trabalha com o conceito de sanção e prêmio. Embora o conceito de sanção e prêmio seja muito pouco difundido no Brasil, há que se convir que a premiação, em regra, motiva mais e não encontra rejeição, ao contrário do que ocorrem com as sanções. Não se trata de novidade, uma vez que nossa legislação penal acolhe tal idéia, ao permitir a redução da pena em algumas situações.

É oportuno dizer ainda que o sistema de benefício proposto se assemelha ao adotado pelas companhias seguradoras de veículos, que abatem o valor do seguro em percentuais, sempre que o motorista deixa de acionar a seguradora durante o período de vigência do contrato.

Por essas razões, contamos com o apoio dessa Casa à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.532/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a UNIMINAS AGROINDUSTRIAL LTDA. pela inauguração de sua unidade fabril no Município de Camanducaia. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 2.533/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Fabiano Ribeiro do Vale, Reitor da Universidade Federal de Lavras - UFLA -, pelos relevantes serviços prestados a essa instituição. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.534/2004, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso ao Sindicato dos Mineiros de Nova Lima pelo

transcurso do 70º aniversário de fundação dessa entidade. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 2.535/2004, do Deputado Leonídio Bouças, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alvimar de Ávila por sua posse no cargo de Presidente do Tribunal de Alçada. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.536/2004, do Deputado Paulo Piau, solicitando seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Rômulo Kardec de Camargos, em Uberaba, em 17/3/2004. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 2.537/2004, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da COPASA-MG com vistas à implantação de sistema de abastecimento de água em bairros do Município de Esmeraldas. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.538/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, pleiteando seja solicitada ao Presidente da COPASA-MG cópia dos contratos de prestação de serviços firmados com municípios e renovados no período de 2001 a 2004.

Nº 2.539/2004, da Comissão de Meio Ambiente, pleiteando seja solicitada ao Presidente do COPAM cópia das atas das reuniões da Câmara de Atividades Minerárias desse órgão no período de 2002 a 2004.

Nº 2.540/2004, da Comissão de Meio Ambiente, pleiteando sejam solicitadas ao Presidente do COPAM informações relativas à composição desse órgão e de suas câmaras técnicas.

Nº 2.541/2004, da Comissão de Meio Ambiente, pleiteando sejam solicitadas ao Presidente do COPAM informações sobre possível relacionamento do Sr. João Henrique Grossi Saad, Conselheiro desse órgão, com a empresa Geosol Sondagens Ltda. ou com alguma empresa de consultoria ou da área de mineração. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 2.542/2004, da Comissão de Turismo, pleiteando sejam solicitadas ao Ministro do Turismo providências com vistas à inclusão do Município de Belo Horizonte no "site" da EMBRATUR.

Nº 2.543/2004, da Comissão de Segurança Pública, pleiteando seja solicitada ao Procurador-Geral de Justiça do Estado segurança pessoal para a testemunha Andrezza Torres Chagas.

Nº 2.544/2004, da Comissão de Segurança Pública, pleiteando seja solicitada ao Comandante-Geral da PMMG segurança pessoal para a testemunha Andrezza Torres Chagas.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Comissões de Transporte, de Meio Ambiente e de Segurança Pública, das Deputadas Ana Maria Resende (2) e Marília Campos (2) e dos Deputados Adalclever Lopes (2), Laudelino Augusto, José Henrique e outros, Paulo Piau e outros, Gilberto Abramo (2), Fahim Sawan (6), Paulo Piau (6), Carlos Pimenta (18) e Ricardo Duarte (2).

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente, de Fiscalização Financeira, de Segurança Pública (2), de Transporte (2), de Turismo (2), de Assuntos Municipais (2), do Trabalho, de Meio Ambiente, de Direitos Humanos, de Educação e de Participação Popular, dos Deputados Elmiro Nascimento e Paulo Piau e da Deputada Maria Olívia.

Questões de Ordem

O Deputado Chico Simões - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, este debate que está sendo travado a respeito de segurança não seria diferente se o tema fosse saúde ou educação. Estamos discutindo os problemas atuais, mas temos de refletir sobre o que ocorreu há algum tempo. O País está vivendo as conseqüências da política neoliberal implementada pelo PSDB há cerca de oito ou dez anos. Tenho a certeza de que as pessoas que estão nos ouvindo e assistindo se devem recordar da grande propaganda que foi feita quando o Governo do PSDB passou o Estado "no cobre", vendendo todo o nosso patrimônio, dizendo que era dever do Estado investir na saúde, na educação e na segurança, entre outras políticas fundamentais.

Hoje o Estado está quebrado, justamente pela venda do patrimônio. Como não possui recursos financeiros, a saúde, a educação, a segurança e outras políticas não são praticadas da forma como deveriam, a fim de atender à população.

Se há alguém que não pode protelar a implementação de uma política efetiva na educação, na saúde e, principalmente, na segurança - que, no momento, é o nosso tema -, esse alguém é o atual Governador do Estado. Como uma liderança importante do PSDB, além de ex-Presidente da Câmara dos Deputados, contribuiu muito para a formação desse estado de coisas que hoje vivemos.

Diante disso, parabeno o Deputado Sargento Rodrigues. Não podemos dizer que ele faz oposição de maneira irresponsável. Não é isso. Nesta Casa, vejo sua luta por mais segurança no Estado e, principalmente, sua fidelidade para com o Governo. Realmente, não mede esforços para ajudar os policiais militares e civis.

Sou médico legista. Verifiquem como as coisas funcionam na Medicina Legal e na Polícia Civil. No interior, se não houver parceria com o Prefeito para abastecer a maioria das viaturas, as polícias não podem agir. Esta Casa não pode omitir-se diante dessas realidades. Não podemos assegurar o nosso compromisso pessoal com o Governador, esquecendo que temos um com a sociedade. Então, não podemos desvirtuar o debate.

O Deputado Sargento Rodrigues tem plena razão de cobrar, uma vez que promoveu denúncias apresentando documentos - aliás, tive a oportunidade de lê-los -, em que se mostram, de maneira clara, os indícios de corrupção na Polícia Militar, envolvendo oficiais de Curvelo. Como Presidente da Comissão, solicitou a realização de uma audiência pública para esclarecer os fatos. Se isso for indisciplina e se um Deputado não puder pedi-la, onde chegará o Poder Legislativo? Isso é o mínimo que devemos fazer. O Governo do Estado está utilizando a sua liderança nesta Casa para levantar uma questão de ordem e impedir a realização de uma audiência pública.

O Deputado Sargento Rodrigues age de maneira correta quando briga pelas polícias. Ele tem o meu total apoio. Não podemos pensar que isso seja uma indisciplina. Não há motivo para o Poder Legislativo obedecer ao Poder Executivo. Somos independentes. Portanto, o Deputado Sargento Rodrigues está exercendo o seu papel. Quando o Governador é insensível e não entende a situação por que passam os policiais e todos os funcionários públicos do Estado, não há instrumento mais eficiente para fazer valer a nossa vontade que a pressão. Espanta-nos ver

uma defesa quase irracional, que, em vez de justificar ou de mostrar a situação, ataca um Deputado que desempenha tão bem o seu papel nesta Casa.

Sou da Oposição, participo do Poder Legislativo. Não podemos concordar com a ingerência do Executivo nas Comissões, pois elas não pertencem a partido algum, mas ao Poder Legislativo. A atitude do Deputado Sargento Rodrigues foi correta e firme. Não podemos permitir que o Governador o retire da Presidência. Se concordarmos, daremos um atestado de total subserviência a esse Poder. Isso é lastimável para nós e, principalmente, para a democracia representativa de direito.

O Deputado Sargento Rodrigues - Nobre companheiro, Deputado Domingos Sávio, tenho enorme respeito por V. Exa., sei de seu excelente trabalho nesta Casa e da grande liderança que representa para o Centro-Oeste mineiro, mas não concordo com a sua fala. Primeiramente, não fiz ameaça alguma. Tenho um compromisso com os servidores da segurança pública. Aliás, o meu maior compromisso é com a minha origem, ou seja, com os que me tornaram Deputado por duas vezes.

Na disputa da reeleição, tive a oportunidade de procurar pelo Sr. Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados à época. Disse-lhe que estava disposto a apoiá-lo e entreguei-lhe algumas propostas para a área de segurança pública, nas quais incluía o reconhecimento pela valorização do servidor, o reaparelhamento, o reequipamento e, acima de tudo, o reajuste salarial da categoria. Com esse objetivo, tive a oportunidade de marchar em direção à sua candidatura e apoiá-lo. Felizmente, conseguimos fazer com que chegasse ao Governo do Estado.

Deputado Domingos Sávio, respeitar o soldado e o detetive significa reconhecer seus direitos e fazer com que estes sejam concretizados. Hoje, o soldado recebe R\$890,00 líquidos. No ano passado, somente na região metropolitana, 28 policiais civis, bombeiros e policiais militares foram mortos em confronto, em serviço ou em hora de folga; acabaram mortos por causa da violência. Respeito é isso, é reconhecer o direito e dizer que o Governador vem atendendo. Mas, se o Governador já mandou os planos de carreira de todos os servidores, por que o Estatuto dos Militares não chegou? Por que a Lei Orgânica da Polícia Civil não chegou? Estamos pedindo, negociando com o Governo, pacientemente, Deputado Domingos Sávio. Talvez V. Exa. tenha-se esquecido de que, em maio do ano passado, quando as entidades de classe queriam radicalizar com o Governo, foi este Deputado e o Deputado Federal Cabo Júlio os mediadores, para que não ocorresse o conflito. Nós fomos até a base, sofremos todo o desgaste. V. Exa. está se esquecendo disso.

Não tenho intenção de partir para o lado da Oposição, pois convite por parte do PT nunca me faltou, podia haver-me filiado, tive várias oportunidades, mas não foi essa minha intenção. Fui eleito com 78 mil votos, o Deputado Federal Cabo Júlio foi eleito com 116 mil votos, e apoiamos o Governador desde o primeiro momento. E se um Deputado que vai a suas bases pedir paciência e calma quer ir para a Oposição? Não queremos ir para a Oposição. A hierarquia é muito bonita, a disciplina funciona muito bem quando não há fome, desespero ou um policial se escondendo porque o bandido o está perseguindo. Aí podemos falar dessa hierarquia. De mais a mais, reconheço, a Polícia Militar tem comando, está lá o Cel. Edgar dos Anjos, o qual tentamos convocar - mas a base do Governo não o permitiu - para apurar denúncias de corrupção, que certamente o próprio Governador gostaria de passar a limpo. Essas denúncias não são frágeis, nem soltas, mas sérias e contundentes. Não abriremos mão disso, mesmo porque somos da base do Governo, e perderia a credibilidade junto àqueles que me elegeram e àqueles que trabalham comigo na Comissão de Segurança Pública.

Deputado Rogério Correia, agradeço a V. Exa. por suas palavras; mais cedo ou mais tarde, este Deputado perderá a Presidência da Comissão de Segurança Pública, pois, se o Governo não permitiu que eu fizesse uma audiência pública, será que permitirá que o Deputado continue presidindo a Comissão? Certamente a ingerência política virá mais cedo que imaginamos.

Deputado Domingos Sávio, estou disposto ao diálogo, antes de qualquer enfrentamento com o Governo. Essas foram minhas últimas palavras, estou disposto e continuarei disposto a dialogar com o Governador Aécio Neves para que encontremos uma solução. A situação é grave, e espero que não aconteça o mesmo ocorrido em 1997.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, pela forma como fomos citados, ou o Deputado não nos entendeu ou está equivocando a nosso respeito. Temos uma história de convivência, respeito e valorização com as Polícias Militar e Civil, que vem de longa data. Não foi por acaso que fui homenageado pela Polícia Militar da minha região com a Medalha Tiradentes, maior comenda conferida àqueles que se empenham em ser seus parceiros na defesa da segurança. Nossa história de defesa vem de longa data, e não vai parar por aqui. Pelo contrário, num momento como este, em que toda sociedade clama por mais segurança, todos temos o dever de estar unidos com as Polícias Militar e Civil e com o Governador, que está se empenhando para resolver todos os problemas.

Trata-se de um Governo que tem absoluta transparência nas suas atitudes. Creio que o que vou dizer não precisava ser dito, mas é bom fazê-lo em atenção àqueles que porventura estejam nos ouvindo: quem tiver denúncia ou suspeita de corrupção contra qualquer autoridade tem, mais que o direito, o dever de apresentá-la, seja ao Ministério Público, seja às autoridades competentes, não só para que sejam apuradas, mas, principalmente, para que se punam os culpados. Quanto a esse aspecto, nosso Governador é claro e incisivo, pois não permite, em hipótese alguma, que se deixe de apurar nenhuma denúncia ou suspeita de corrupção, nenhum indício fundamentado, e não uma mera especulação política ou anônima.

A fala deste Deputado objetivou tão-somente dizer, reitero, que apoiamos integralmente a Polícia Militar. Sabemos que o Governador Aécio Neves tem feito o melhor. Comprometeu-se a enviar a esta Casa o Estatuto dos Servidores Militares, e o fará, com certeza, nos próximos dias. Tem procurado investir, ampliar o número de militares e o armamento da PM. Porém, desde o primeiro momento, não só ele, mas também todos os militares sabiam das dificuldades por que passava o Estado, cujas dívidas somam bilhões. Sabiam ainda que o déficit mensal, durante todo o ano passado, encontrava-se na faixa de R\$200.000.000,00. Assim sendo, o Governador teria de correr atrás de novas receitas, como tem feito com competência, dialogando com o Governo Federal, a fim de conseguir reorganizar as finanças, para, então, poder, de maneira justa, remunerar os servidores da polícia, da saúde, da educação, enfim, de todos os segmentos públicos. Foi isso o que dissemos e é isso o que insistimos em defender.

Ao mesmo tempo, alertamos sobre o fato de que não podemos, em momento algum, compactuar com uma tese que defenda como solução a paralisação da polícia ou mesmo um protesto nas ruas, ao invés do cumprimento da função constitucional da polícia, qual seja, garantir a segurança ao povo brasileiro. Não tenho dúvidas de que a PM compreende isso. Aliás, a corporação compreende que a disciplina e a hierarquia são tão importantes quanto a democracia, seu direito - que respeitamos e valorizamos - de, por meio de suas legítimas representações, organizações de classe, buscar melhor remuneração e condição de trabalho. É bom que isso fique claro, visto que não podemos transformar essa questão em uma situação de oposição ou de defesa do Governo. Se assim o fizermos, estaremos colocando em segundo plano a segurança do povo mineiro. Em primeiro plano deve estar o verdadeiro respeito à PM, ao povo de Minas. Reitero que, por parte deste Deputado, nunca faltou esse respeito. Temos a confiança de que o Governador Aécio Neves haverá de, pelo entendimento, pelo respeito, conseguir manter, como vem mantendo, uma boa relação com a Polícia Militar e com todos os funcionários do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Mauro Lobo e Alberto Bejani proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Registro de presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, de Nelson Thibau, ex-Deputado Estadual da Legislatura de 1967 a 1971 e ex-Deputado Federal da Legislatura de 1975 a 1979.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 83 do Regimento Interno, considerando que o parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.042/2003 foi emitido em 21/10/2003, torna sem efeito despacho proferido na reunião ordinária realizada no dia 28 daquele mês referente a requerimento do Deputado Doutor Ronaldo em que solicita o encaminhamento da matéria à comissão seguinte à qual havia sido distribuída, por perda de prazo da Comissão de Justiça.

Mesa da Assembléia, 23 de março de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 70/2004, do Deputado Biel Rocha e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 39 da Constituição do Estado. Pelo BPSP: efetivos - Deputados Domingos Sávio e Mauro Lobo; suplentes - Deputados Miguel Martini e Bonifácio Mourão; pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Biel Rocha; suplente - Deputado Ricardo Duarte; pelo PL: efetivo - Deputado Márcio Passos; suplente - Deputado Jayro Lessa; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Leonardo Quintão. Designo. Às Comissões.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.542/2004, da Comissão de Turismo, e 2.543 e 2.544/2004, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.305 e 2.390/2004, do Deputado João Bittar, e 2.310 a 2.313/2004, 2.315 e 2.316/2004, 2.318 a 2.323/2004 e 2.325/2004, do Deputado Leonardo Moreira; de Assuntos Municipais (2) - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.303/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.338/2004, do Deputado Gil Pereira, 2.340 a 2.342/2004, da Deputada Ana Maria Resende, e 2.344 a 2.351/2004, do Deputado Antônio Andrade; e aprovação, na 4ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.406 a 2.415/2004, do Deputado Arlen Santiago, 2.417 e 2.479/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.456/2004, do Deputado João Bittar, e 2.469/2004, do Deputado Antônio Andrade; de Direitos Humanos - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 2.468/2004, do Deputado Antônio Andrade; de Educação - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Projetos de Lei nºs 456/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, 1.235/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, 1.236/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, 1.237 e 1.259/2003, do Governador do Estado, 1.275/2003, do Deputado Olinto Godinho, 1.320/2003, do Deputado Mauri Torres, e dos Requerimentos nºs 2.394/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.404/2004, da Deputada Ana Maria Resende, 2.418/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.450/2004, da Deputada Ana Maria Resende, 2.452/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.459 e 2.463/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.467/2004, do Deputado Antônio Carlos Andrada, 2.477/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.478 e 2.481/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.482/2004, do Deputado Fahim Sawan, 2.484/2004, da Deputada Maria Olívia, 2.485/2004, do Deputado Weliton Prado, e 2.492 e 2.493/2004, do Deputado Doutor Viana; de Fiscalização Financeira - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.419/2004, do Deputado Gil Pereira, e 2.435/2004, do Deputado Sebastião Helvécio, e rejeição do Requerimento nº 2.431/2004, do Deputado Leonardo Quintão; de Meio Ambiente (2) - aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.288/2004, do Deputado Gil Pereira, e 2.388/2004, do Deputado Leonardo Moreira; e aprovação, na 2ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 2.073/2003, da Comissão de Participação Popular; de Participação Popular - aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, da Proposta de Ação Legislativa nº 215/2004; de Segurança Pública (2) - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Projetos de Lei nºs 1.256 a 1.258/2003, do Governador do Estado, e dos Requerimentos nºs 2.283, 2.292 e 2.301/2004, da Deputada Ana Maria Resende, e 2.306/2004, do Deputado João Bittar; e aprovação, na 4ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.327/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, com a Emenda nº 1, 2.307/2004, da Deputada Jô Moraes, e 2.392 e 2.461/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; do Trabalho - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Projetos de Lei nºs 1.191/2003, do Deputado Zé Maia, 1.202/2003, do Deputado Weliton Prado, 1.210/2003, da Deputada Vanessa Lucas, 1.215/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e dos Requerimentos nºs 2.290/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, 2.298/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.326/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 2.352 a 2.387/2004, do Deputado Leonardo Moreira, e 2.402/2004, da Deputada Ana Maria Resende; de Transporte (2) - aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.273/2004, do Deputado Célio Moreira, 2.389/2004, do Deputado Leonídio Bouças, 2.391/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.399/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.421/2004, do Deputado Leonardo Quintão, 2.432/2004, do Deputado Leonardo Quintão, e 2.434/2004, da Deputada Lúcia Pacífico; e aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 2.462/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de Turismo (2) - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, dos Requerimentos nºs 2.317 e 2.430/2004, do Deputado Leonardo Quintão, 2.393/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 2.396 e 2.397/2004, do Deputado Doutor Viana; e aprovação, na 4ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, do Requerimento nº 2.480/2004, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos das Deputadas Ana Maria Resende solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.380/2004, e Marília Campos solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 46/2003, e dos Deputados Fahim Sawan (6) solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs 449, 567, 809, 1.016, 1.029 e 1.173/2003, Gilberto Abramo solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.267/2003 (Arquivem-se os projetos.), e Laudelino Augusto solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 2.424/2004 (Arquive-se o requerimento.); nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados José Henrique e outros solicitando a realização de reunião especial para comemorar o Centenário do nascimento do Sr. José Bonifácio Lafayette de Andrada, e Paulo Piau, Antônio Andrade e Fábio Avelar e outros solicitando a realização de reunião especial para homenagear o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA-MG - pela passagem dos seus 70 anos de fundação; nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 5/2003, Paulo Piau (3) solicitando a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 264 e 271/2003 e do parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.067/2003, Carlos Pimenta (18) solicitando a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 133,134,136,138,139 e 147/2003 e dos pareceres da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 132, 135, 137, 140 a 142, 145, 146, 148, 151, 153 e 937/2003 e Gilberto Abramo solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 743/2003; nos termos do inciso VII do art. 232 c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Paulo Piau solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 268/2003 e Ricardo Duarte (2), solicitando que os Projetos de Lei nºs 1.072 e 1.289/2003 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir seu parecer; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento da Deputada Ana Maria Resende solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 926/2003.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 223/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que acrescenta parágrafos ao art. 3º da Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências, e 935/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Piau de Souza Filho os imóveis que especifica (À sanção.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente em que solicita o encaminhamento de ofício ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional, pedindo-lhe informar a essa Comissão quais medidas serão tomadas para a preservação do sítio arqueológico da Mina de Capão Xavier. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ofício ao Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Coordenador da 6ª UNIT e DNIT, com pedido de informação sobre a atual situação da malha rodoviária estadual e dos trechos das rodovias conveniadas com o Estado. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Alfenas com pedido da relação dos projetos apreciados naquela Casa, incluindo número, ementa e situação - aprovação ou rejeição - nos anos de 2002 e 2003, e também cópias dos projetos que dispõem sobre saneamento básico, taxas municipais, concessão para exploração de água e exploração ou construção de terminal rodoviário. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Adalclever Lopes, em que solicita a constituição de Comissão Especial para proceder a estudos sobre a situação dos depósitos de veículos apreendidos. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 69/2003. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 178/2003. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento da Deputada Marília Campos, em que solicita que o Projeto de Lei nº 728/2003 seja distribuído à Comissão do Trabalho. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, antes de entrar na 2ª Fase da Ordem do Dia, gostaria de fazer uma observação. Temos vários vetos em votação, dois deles em turno único, e, depois, prosseguimento de discussão dos demais vetos, que se encontram na faixa constitucional. V. Exa. pode reparar que não há quórum para votação de veto, pois precisaríamos da presença de 39 Deputados. Pediria, então, a V. Exa. que encerrasse a reunião de hoje.

Gostaríamos, no entanto, de debater com os Líderes da Casa uma pauta mínima de votação, com vistas a um acordo sobre o conteúdo dos vetos e de projetos importantes que tramitam na Casa. Entre eles, damos especial importância aos projetos de plano de carreira, principalmente, por estar mais avançado, o da educação. Solicito, então, a V. Exa. verificar a possibilidade da realização de uma reunião do Colégio de Líderes, a fim de abordarmos os pontos importantes. Nós, do Bloco PT-PCdoB, achamos fundamental entrar num processo de discussão mais global em que pudéssemos fazer a análise dos vetos, mas dentro de um acordo em que os planos de carreira fossem também apreciados com maior rapidez. Nenhum deles ainda foi apreciado na Comissão de Justiça, e isso nos tem deixado, de fato, preocupados, uma vez que os projetos de vetos não andam aqui no Plenário, como também não andam na Comissão de Justiça e nas demais comissões os projetos de plano de carreira. É importantíssima para nós a votação desses planos, sei que para os demais Deputados também. O da educação chegou anteriormente a esta Casa e, infelizmente, não conseguimos ainda avançar na velocidade necessária para sua aprovação.

Pediria, portanto, a V. Exa. que tentássemos um acordo sobre essa pauta, a fim de avançarmos em relação aos vetos. Para que isso ocorra, gostaríamos, também, de um acordo com as demais bancadas, a fim de que os planos saiam da Comissão de Justiça, indo para as demais comissões, apressando, assim, a votação dos projetos.

Solicito, finalmente, a V. Exa. o encerramento da reunião. Se for da aquiescência de V. Exa., convoque uma reunião do Colégio de Líderes a fim

de avançarmos no acordo de uma pauta para os próximos dias na Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em turno único, dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738, 15.784, 15.852, 15.855, 15.898, 15.902, 15.921, 15.922, 15.924, 15.927, 15.928 e 15.932, uma vez que permaneceram em ordem do dia para discussão por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 24, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/3/2004

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Palavras do Sr. Presidente - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Laudelino Augusto - Apresentação musical e exibição de imagens - Apresentação dos índios pataxós - Lançamento da Frente Parlamentar - Palavras do Cacique Baiara - Entrega de placas - Palavras de D. Célio de Oliveira Goulart - Palavras do Sr. Reynaldo Guedes Neto - Palavras do Sr. Afonso Murad - Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Biel Rocha - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fábio Avelar - Gil Pereira - José Henrique - Laudelino Augusto - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Padre João - Ricardo Duarte - Sebastião Navarro Vieira - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Laudelino Augusto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que a reunião especial prevista para as 16h30min de hoje foi cancelada por motivo de força maior.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para compor a Mesa os Exmos. Srs. D. Célio de Oliveira Goulart, Presidente da CNBB Regional; Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão; Reynaldo Guedes Neto, porta-voz do Fórum de ONGs do Circuito das Águas - FOCAS -; Afonso Murad, representante do Projeto Amigo da Água; Adolpho Valladares Portella, Diretor do IGAM, neste ato representando o Secretário José Carlos Carvalho; Cel. Evandro Vidal, representando o Comandante da 4ª Divisão de Exército, 4ª RM, Gen. Castro; Rodrigo Campos, Diretor de Furnas; Deputado Laudelino Augusto, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presenças

O locutor - Registramos a presença dos Srs. Sérgio Menin Teixeira de Souza, representando a Associação Comercial de Minas; Pieter Max Pfeiffer, Cônsul da Suíça; Joana d'Arc Souza, Presidente da Vibra-Mais-Vida para a Bacia do Ribeirão do Arrudas; Ênio Resende de Souza, Coordenador Técnico de Meio Ambiente da EMATER; Adir José de Freitas, Conselheiro do CREA-MG; Jaqueline Ramalho, Coordenadora Pedagógica do Projeto Amigo da Água - Fundação L'Hermitage; Isaías de Barros Abreu, Secretário Executivo do Serviço Franciscano Justiça Paz Ecologia; Otávio Freitas, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Nova Lima; Luiz Augusto Almeida, Superintendente do Meio Ambiente da CEMIG; Marcos Túlio de Melo, Presidente do CREA-MG.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração do Dia Mundial da Água e ao lançamento da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Mineiros, mineiras, Sr. Presidente, componentes da Mesa, senhoras e senhores, nossa saudação. O livro do Gênesis, primeiro livro da Bíblia, em seu primeiro versículo nos ensina que o espírito do Criador pairava sobre as águas no momento da criação. A ciência constata, divulga, apregoa que a vida humana e a de todos os seres vivos têm sua origem nas águas e delas dependem para sua sobrevivência e a perpetuação das espécies.

Uma triste constatação: as águas estão ameaçadas, e, com elas, a humanidade e todo ser vivo; nascentes estão destruídas; rios e lagos, contaminados e assoreados; há poluição química, esgotos e lixo, exaustão de fontes de águas minerais, desmatamento. Dados da ONU dizem que 1 bilhão de pessoas no planeta não têm acesso à água potável e que 25 mil pessoas morrem diariamente em consequência direta ou indireta da falta de água tratada ou de doenças originadas por sua contaminação. Todas essas situações são resultados de ações humanas inconseqüentes, da busca desenfreada de lucro, da falta de educação ambiental, da injusta distribuição de bens, da irresponsabilidade de setores dos chamados poderes públicos em todos os níveis.

Mas há também uma feliz constatação. Em meio às angústias, há esperança: organizações do mundo inteiro se levantam, conscientizando-se e realizando ações que viabilizem a preservação da quantidade e da qualidade dos mananciais, bem como o livre acesso de todos os seres vivos à água. Cresce também, graças a Deus, a consciência ecológica e ética. Os projetos da Agenda 21, aos poucos, vão saindo do papel em vários lugares, e setores dos chamados poderes públicos reagem positivamente, com o cumprimento de seus deveres. Cabe a todos nós, sociedade e poder público, eliminar as causas das tristes constatações e ampliar as ações que motivam felizes constatações. É com essa dinâmica que queremos celebrar hoje o Dia Mundial das Águas.

Fala-se de crise da água, mas, na realidade, ocorre muito mais uma questão de gerenciamento do que de escassez. Há vários estudos que comprovam que a quantidade de água no planeta é a mesma há milhões de anos. A solução passa pela educação ambiental, pelo respeito e preservação da natureza e por uma gestão racional e compartilhada por todos os segmentos da sociedade. É urgente restabelecer as condições necessárias para o devido acolhimento da água que cai do céu, como bênção. Aliás, isso aprendemos com o caro Apolo, que diz com tanta propriedade que o problema está em acolher a chuva. Agora há pouco, com a grande chuva que caiu na nossa cidade, fiquei preocupado. Como essa água está sendo acolhida por Belo Horizonte? Como foi acolhida pela zona rural e pelas periferias da nossa cidade? Deixo essa questão para todos.

Devolver as matas aos topos dos morros é urgente, assim como preservar as matas ciliares e a vegetação adequada para permitir a penetração da água que vai alimentar e realimentar as nascentes e as fontes. Também é importante garantir políticas de preservação e de conscientização de pessoas e de comunidades sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, de uso racional da água e dos demais bens da natureza; reconhecer a importância dos aquíferos, das bacias hidrográficas, dos mangues, das estâncias hidrominerais, riqueza inestimável de Minas; e resgatar o valor terapêutico das águas, a crenoterapia, a cura pelas águas. Há exemplos históricos.

O Governo Estadual e as pessoas comprometidas com o desenvolvimento do Estado falam sobre a Estrada Real. Membros da família real, ao se submeterem a tratamento de saúde, passavam pelo Circuito da Águas. A Princesa Isabel, em Caxambu, minha terra querida, conseguiu restabelecer sua saúde e, ao engravidar, cumpriu promessa construindo a Igreja de Santa Isabel da Hungria. Na antiga Grécia, durante a noite, os soldados colocavam suas espadas de ferro em bilhas e no outro dia tomavam a água para se fortalecerem. Há estudos aprofundados sobre a crenoterapia.

Defender as águas é defender a vida. A água é para a vida e não para a morte. No vale do Jequitinhonha, as vítimas do desmoronamento de barragens cantaram para nós esse refrão: "Água é para a vida e não para a morte". Lamentavelmente, por falta de gerenciamento adequado e por considerarem um valor econômico para a água superior ao biológico e social, tem ocorrido destruição e morte. Citarei algumas situações: contaminação das águas causando doenças e muitas vezes acarretando morte por falta de tratamento de esgoto, dos efluentes das indústrias e das empresas, pois a água é para a vida e não para a morte; construção de barragens sem o devido respeito e encaminhamento social aos atingidos por elas, levando-os ao sofrimento, à destruição cultural e muitas vezes à miséria. Na semana passada, no Dia Nacional de Luta dos Atingidos por Barragens, em Belo Horizonte vimos pessoas na miséria, cujos direitos não foram respeitados. Além de sofrerem com a questão cultural e serem arrancados de suas terras, não têm as mínimas condições de sobrevivência.

Outro exemplo negativo: enchentes e desabamentos causam mortes por falta de planos diretores. Segundo o Estatuto das Cidades, municípios com população de 20 mil habitantes devem ter plano diretor. Defendemos e reivindicamos esse plano e contribuiremos para que todas as cidades, por menores que sejam, tenham plano diretor. Um bairro precisa de plano diretor urbano ou rural. Uma rua ou uma casa precisam de planejamento. Por falta deles, constroem-se habitações nos leitos secundários de rios. Conhecemos cidades construídas de costas para rios onde são jogados esgoto e lixo, tomando-se o rio como inimigo. Entretanto, devem ser as veias. A água é o sangue da terra. A desmineralização das águas minerais é outro exemplo. Águas que levaram centenas de anos para adquirir características medicinais e o agradável sabor são exauridas pela superexploração por multinacionais e outras empresas, como aconteceu no Circuito das Águas, no Sul de Minas.

Água é para a vida e não para a morte. Precisamos eliminar as situações de morte e promover as situações de vida. Por isso, conclamamos a todos e a todas a se engajarem na defesa e na preservação do meio ambiente. Aproveitando esse grande mutirão nacional que é a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, de algumas igrejas cristãs, evangélicas, organizações da sociedade civil e pessoas de boa-vontade, todos estão realizando a campanha Água, Fonte de Vida. Pela perpetuação das espécies, pela qualidade de vida e conservação da Terra, nosso planeta-água. Com essas premissas é que criamos a Frente Parlamentar de Defesa e Preservação das Águas, que será lançada dentro de alguns minutos, ao final desta reunião especial.

Reafirmamos, com precisão, a primazia do valor biológico e, portanto, social da água, superando o princípio maléfico do valor econômico. Água é para a vida, não para a morte. Defender e preservar a água é defender e preservar a vida. Desejamos e trabalhamos para que todas e todos tenhamos acesso à quantidade e à qualidade suficientes de água para vivermos com saúde e bem-estar, sendo livres e felizes. Viva a água! Viva os defensores da água! Viva os defensores da vida! Obrigado.

Apresentação Musical e Exibição de Imagens

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Sra. Gracinha Horta, que interpretará a música "Planeta Água", de Guilherme Arantes. Durante a apresentação serão exibidas imagens ligadas ao tema.

- Procede-se à apresentação e à exibição de imagens.

Apresentação dos Índios Pataxós

O locutor - Convidamos os presentes a assistir à apresentação dos Pataxós em homenagem à água.

- Procede-se à apresentação dos índios pataxós.

Lançamento da Frente Parlamentar

O locutor - Passamos a palavra ao Deputado Laudelino Augusto, para o lançamento da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, que conta, em sua coordenação, com os Deputados Dimas Fabiano, Doutor Ronaldo, Doutor Viana, Maria Tereza Lara, Laudelino Augusto e Ana Maria Resende.

O Deputado Laudelino Augusto - Convido os Deputados da coordenação a virem até aqui. A frente se propõe a ser um fórum, espaço para debates sobre tudo que se refere à questão da água, com vistas à busca de soluções. Não resolveremos tudo, mas queremos somar forças com as entidades que já existem. Temos muitas ONGs e entidades defendendo as matas, os rios, a agricultura orgânica e sustentável, enfim, o meio ambiente como um todo. Queremos ser esse espaço, especialmente no que diz respeito à legislação e à fiscalização, o que compete a nós como representantes da população. Queremos somar com o Executivo, com o Legislativo em todos os seus níveis e com o Judiciário, para que tenhamos como desenvolver as ações possíveis. O Brasil e o mundo podem ser melhores, podem garantir a qualidade e a quantidade da água e a acessibilidade a ela.

Essa Frente está sendo organizada para ser o fórum de discussão e de parceria com a sociedade, com cada cidadão e cidadã. Tem como princípios de atuação: defender veementemente as águas, bem público - a CNBB está fazendo um abaixo-assinado para mudar uma lei tirando a palavra "recursos" para colocar "patrimônio", será uma lei de patrimônio hídrico neste País; impedir que as águas sofram danos - daí a defesa das nascentes, fontes, lençóis freáticos, bacias hidrográficas, estâncias hidrominerais e mananciais; lutar de forma permanente pela não-privatização dos recursos hídricos, ou do patrimônio hídrico, melhor dizendo; implementar e apoiar, em parceria com a sociedade civil organizada, programas de conscientização e de educação ambiental, popular, empresarial e corporativa, para serem ferramentas eficientes na luta pela eliminação do desperdício e da contaminação em qualquer de suas formas, a fim de que possamos garantir qualidade, quantidade e acessibilidade à água; atuar de forma compartilhada com entidades, fundações, organizações governamentais e não governamentais. Exercer, juntamente com órgãos governamentais competentes e a sociedade civil, o papel de fiscalizador das questões ambientais. É assim que vislumbramos a preservação e defesa do mais importante bem natural de que dispõe a humanidade, que é a nossa água, ou, como dizia São Francisco, nossa irmã água, ou, como falam nossos indígenas, o sangue da terra.

Aqui estamos os Deputados da coordenação; outros Deputados poderão participar dessa Frente Parlamentar, assim como Vereadores, já que os fatos realmente ocorrem nos municípios. Sr. Presidente, consideramos apresentada para que seja lançada oficialmente a Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas.

Palavras do Cacique Baiara

Boa-noite. Em nosso canto, em nossa oração, homenageamos a água porque é a própria vida. Nós, povos indígenas, ficamos tristes quando constatamos a falta de consideração dos homens brancos para com as águas. Os povos indígenas preservam os rios e suas nascentes porque a terra e a água asseguram suas vidas. Se cortamos pequena veia do nosso braço, nosso sangue derramará. Da mesma forma, se desmatarmos as cabeceiras de nossos mananciais, como os rios poderão produzir água limpa? As grandes mineradoras e empresas, muitas vindas de fora, poluem nossos rios. Também as cidades grandes poderiam preservar os rios. O rio das Velhas, na cabeceira, apresenta água limpa, potável. Mas, em Belo Horizonte, se pisarmos no rio das Velhas, ficaremos contaminados.

Agradecemos à Igreja Católica a Campanha da Fraternidade sobre as águas, porque é um incentivo às autoridades e ao povo brasileiro na busca da preservação das águas. Nós, indígenas, quando fazemos nossa oração, dizemos: a água, assim como a Mãe-Terra, representa a vida para nós. Obrigada. Agradecemos a Deus.

Entrega de Placas

O locutor - O Sr. Presidente fará a entrega de quatro placas alusivas a esta comemoração, com os seguintes dizeres: "Assim como os grandes rios se formam do encontro das águas e ganham forças para seguir seu curso até o mar, a luta daqueles que se dedicam à preservação da vida tem, na sua aliança, um manancial inesgotável de energia para transformar a relação dos homens com a natureza. O Poder Legislativo de Minas Gerais, mais uma vez, se transforma em palco dessa união e soma esforços para a defesa e a preservação das águas, prestando sua homenagem àqueles que trabalham pela perpetuação das espécies e pela conservação do planeta. Belo Horizonte, 22 de março de 2004.". Para receber a homenagem em nome da CNBB, convidamos D. Célio de Oliveira Goulart; em nome do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa; em nome do FOCAS, Reynaldo Guedes Neto; em nome da entidade Amigo da Água, Afonso Murad.

Palavras de D. Célio de Oliveira Goulart

Sr. Presidente, demais participantes da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas; Deputado Laudelino Augusto, que nos convocou para esta importante reunião em nome da CNBB Regional Leste II, parabenizamo-lo por essa iniciativa, que teve grande repercussão na Assembléia Legislativa, para que deste modo possamos entender que aquilo que é importante para nossa vida vai, aos poucos, ganhando repercussão junto àqueles que podem e devem movimentar a nossa sociedade mineira e brasileira para preservação da água.

A CNBB se preocupou em lançar este como o Ano da Água, tendo em vista a depredação e tudo o que nossos rios e mananciais estão sofrendo. Parece-me que essa iniciativa da CNBB tem tido boa acolhida em toda a sociedade brasileira, assim como repercussão em outras partes do mundo. Como bem expressaram o Deputado Laudelino Augusto e o Cacique, a água é fundamental à vida, e devemos fazer todos os esforços para mantê-la. São Francisco de Assis falava: "Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água, que é muito útil, humilde, preciosa e casta.". Não podemos perder os princípios fundamentais da vida. Com certeza, muitas iniciativas como esse trabalho de conscientização poderão acontecer. A Frente Parlamentar de Defesa da Água será muito importante para nós.

No momento, trabalho no Espírito Santo, na Diocese de Cachoeiro do Itapemirim. Há dois anos a Pastoral Ecológica de nossa diocese tem conscientizado as crianças e os jovens que periodicamente visitam os mananciais dos córregos e dos rios naquela região, plantando mudas de árvores e chamando a atenção dos agricultores para preservar aquelas pequenas fontes. Hoje pela manhã, na praça principal da cidade, celebrando o Dia Mundial das Águas, milhares de estudantes proclamavam a água como fonte de vida. Certamente, muitas outras iniciativas estão acontecendo.

Na Quaresma há meios de mortificação, como o jejum e a penitência. Que o jejum nas dioceses carentes do Norte e do Nordeste, onde no tempo da seca as pessoas não têm água, fosse a construção de cisternas! Está aí a voz da Igreja, conscientizando-nos para que sejamos capazes de lutar e proteger a vida. Agradecemos à Assembléia Legislativa a homenagem recebida, que levaremos com muito carinho para a CNBB. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Reynaldo Guedes Neto

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores membros da Mesa, é uma honra muito grande estar aqui hoje na presença de tão nobre companhia e de outros movimentos. Reconheço principalmente o trabalho feito pelo Prof. Apolo Heringer, com o Projeto Manuelzão, referência para todos nós.

O fórum de ONGs do Circuito das Águas surgiu há cerca de três anos devido à conscientização de parcela da comunidade da sociedade civil local, tendo em vista a divulgação de relatório técnico produzido pela CPRM, serviço geológico do Brasil, dando conta de que as águas minerais do Circuito das Águas estavam comprometidas tanto do ponto de vista qualitativo quanto do quantitativo.

Por força de lei, infelizmente as águas minerais até hoje não são tratadas como recursos hídricos. Estão submetidas ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Por ser órgão de fomento da atividade econômica, o enfoque da gestão sustentável desse recurso precioso, de grande valor terapêutico, ainda inexplorado, precisa ser resgatado. A gestão tem ficado comprometida. O movimento de cidadania pelas águas é um embate de cidadania.

Temos convicção de que sem a construção da Agenda 21, sem planejamento de integração dos processos de gestão minerária de recursos hídricos e ambiental, teremos nossos mananciais irremediavelmente comprometidos. Nossa preocupação é que a frente parlamentar nos sirva de canal para que tenhamos nossas demandas atendidas. Peço que seja submetido à Assembléia Legislativa requerimento dirigido ao DNPM para que não se publique uma portaria que autoriza a desmineralização parcial das águas. Seus elementos instáveis estão sendo colocados na minuta divulgada. Apenas pode ser regulado aquilo que se conhece. Não se conhecem os aquíferos hidrominerais do Circuito das Águas. As águas subterrâneas do Brasil são pouco conhecidas. Só podemos alterar aquilo que é conhecido.

Gostaríamos de incentivo maior, uma vez que a própria Constituição Estadual prevê que o Estado deve priorizar a questão dos planos diretores de desenvolvimento urbano para as instâncias hidrominerais. Poderíamos pensar em transformar os parques das águas em monumentos naturais, de acordo com o Sistema Nacional de Unidade e Conservação. Convido os presentes a conhecê-los, pois são preciosidades. Foi encaminhado à Ministra Marina Silva pedido de implantação do sistema de gestão ambiental e territorial, que seria a criação da APA do Circuito das Águas. Por meio de um conselho gestor da unidade de conservação, esperamos que haja condições de se fazer uma Agenda 21 efetiva que garanta em qualidade e quantidade a manutenção dos nossos recursos hídricos, fomentando o uso terapêutico das águas, único instrumento de resgate socioeconômico para as decadentes estâncias hidrominerais. Somos contrários à superexploração e à desmineralização. Esperamos que a CODEMIG nos ouça nos processos de licenciamento das unidades de engarrafamento de Caxambu, Cambuquira, e Lambari não possui licença ambiental. Esse tem sido nosso embate há três anos, ou seja, que só se faça a licitação após o licenciamento ambiental com audiências públicas nas estâncias hidrominerais. Esse assunto empolga muito. Não merecemos essa homenagem. Esperamos fazer por onde. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Afonso Murad

Caros amigos, o Amigo da Água começou há três anos, em Belo Horizonte, com nascente pequenina e, graças a Deus, hoje já tem uma história construída de educação ambiental. Na sexta-feira, vivemos experiência bonita e quero partilhá-la. No Parque das Mangabeiras, reunimos mais de 5 mil crianças e adolescentes de 25 escolas da região metropolitana que participam de um trabalho ambiental. Foi muito bonito ver as crianças e os adolescentes se apresentando, trazendo a sua experiência, exercitando o protagonismo, o que nos faz ver que a água está ligada a uma questão maior do ambiente e a uma proposta nova de sociedade. Estamos felizes por podermos somar-nos a essa nova proposta de sociedade. Nossa esperança é ver essa Frente Parlamentar adotando posturas favoráveis a uma sociedade sustentável em Minas Gerais. Estamos aqui como cidadãos, membros de movimentos da sociedade civil, e esperamos a ação efetiva dos senhores como nossos representantes. E podem contar conosco também. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa

Boa noite, parlamentares, Presidente Adelmo Leão; Deputado Laudelino Augusto, amigo de outras lutas; membros da Mesa, Murad, Reynaldo, D. Célio e demais presentes, a pessoa que está organizando esta reunião me telefonou para dizer que teria apenas 2 minutos, mas havia preparado um discurso de 45 minutos durante o fim de semana. Assim, vou procurar reduzi-lo.

A água é muito importante não só por ser essencial à nossa vida física, um alimento, mas também ao nosso equilíbrio interno. Uma pessoa desidratada morre rapidamente, tanto criança quanto adulto. Mas chamo a atenção para um ponto: na crise ambiental internacional, a água adquiriu papel metodológico. Por ser muito sensível, é a que mais sofre e a que mais mostra o sofrimento causado pela crise ambiental, pelo processo de desenvolvimento industrial que acabou atingindo o planeta Terra. E isso pode ser facilmente visto, porque a água grita em defesa do planeta. Os peixes são seres vivos também muito sensíveis. É claro que precisam de outros alimentos que estão na água e na cadeia alimentar, mas consideramos o peixe símbolo da vida na água e na terra. O peixe representa a vida da flora e da fauna. O Projeto Manuelzão costuma dizer que precisamos ter competência e sabedoria para ouvir a voz dos peixes, a voz das futuras gerações.

A nossa agenda pensa na humanidade como um todo, pois a água não tem limites. A água do nosso País vai para o oceano, de onde evapora chovendo na África. A água nos dá o sentido da globalização do bem, nossa meta. Precisamos construir uma humanidade em que o planeta Terra seja a pátria de todos, superando municípios, Estados e Países.

Os coordenadores do Projeto Manuelzão estão satisfeitos. Fizemos uma expedição no ano passado e fomos saudados por aproximadamente 80 mil pessoas nas pontes e nas margens dos rios, uma maravilha. Saímos muito emocionados, pois ver o rio de dentro é diferente de vê-lo das estradas. Emocionados, prometemos nadar com a família na pior região, entre Sabará e Santa Luzia, onde o caldo é grosso de poluição. Nossa mentalidade é mostrada pela qualidade da água da nossa bacia hidrográfica. A data de recuperação do rio deve ser marcada. Precisamos de plano concreto; sem data, não adianta nada. Como namorar eternamente não leva a nada, marcamos o casamento para o final do ano de 2010. Expus esse plano ao Governador em janeiro, e, no início de fevereiro, com o Secretário José Carlos Carvalho, deu-me a resposta.

Portanto, solicito a esta Casa que se manifeste oficialmente por intermédio da frente parlamentar a favor da meta de 2010. Se pensarmos como bacia hidrográfica, e não como município, interesse localizado, salvaremos totalmente a bacia do rio das Velhas. Se for enquadrado como classe 2 do CONAMA, lá podendo nadar e pescar beneficiaremos todos os municípios rio abaixo, que, pela depuração natural, serão classe 1. Assim, pescaremos surubis e dourados em Sabará até 2010. Precisamos apenas de investimentos, não novos, e concentração de esforços. Os investimentos são feitos de maneira dispersa e com mentalidade municipalista. Com a mentalidade de bacias, salvaremos a bacia hidrográfica. Para isso, precisa-se do bioindicador, indicador biológico, não bastam os físicos nem os químicos.

Agradeço ao Deputado Laudelino Augusto a homenagem ao Projeto Manuelzão, em nome das crianças, dos adultos e dos militantes do projeto e em nome dos peixes.

Exibição de Vídeo

O locutor - O Sr. Apolo nos trouxe um vídeo que mostra parte da expedição.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Palavras do Sr. Presidente

Frei Célio de Oliveira Goulart, Apolo Heringer Lisboa, Reynaldo Guedes Neto, Afonso Murad, Adolfo Valladares Portella, caro amigo Rodrigo Campos, Cel. Evandro, companheiro Deputado Laudelino Augusto, "Água, Fonte de Vida", o tema de reflexão proposto pela CNBB - por sinal, sempre propondo grandes, importantes e atualíssimos temas durante sua história - para a atual Campanha da Fraternidade, convida-nos à defesa desse bem essencial à existência da humanidade perante os desafios para protegê-lo e conservá-lo em quantidade e qualidade adequadas para as presentes e futuras gerações.

A Assembléia Legislativa, que tem promovido, com a participação de toda a sociedade, os seminários Águas de Minas, influenciando decisivamente as políticas públicas de conservação e gerenciamento dos recursos hídricos, tem a grata satisfação de anunciar o lançamento da Frente Parlamentar de Defesa e Preservação da Água. Essa relevante iniciativa coincide com a comemoração do Dia Mundial da Água. A data, mais que uma comemoração, convida-nos à permanente discussão sobre um recurso natural finito, diante do crescimento da população mundial e da degradação dos mananciais. O Brasil, detentor de 18% da água doce do Planeta, e Minas Gerais, que abriga as nascentes de importantíssimas bacias hidrográficas, têm responsabilidades especiais sobre seu uso; responsabilidades essas que devem ser lembradas à consciência de cada um. É preciso garantir a preservação da qualidade e da disponibilidade de nossos mananciais, porque se envolvem aí várias questões econômicas e sociais.

Quando contaminada, a água prejudica a saúde de todos. E nossos rios, lagos, reservatórios subterrâneos vêm sendo degradados por esgotos, pela poluição industrial, pelo desmatamento de áreas de nascentes e de matas ciliares, bem como por atividades agropecuárias em locais inadequados e pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. No Brasil, boa parte da população é atingida por doenças de veiculação hídrica, como a febre tifóide, a hepatite, verminoses e a cólera. Segundo o IBGE, 70% dos esgotos gerados nas cidades não dispõem de um sistema de coleta e tratamento. O lixo domiciliar em 40% dos municípios é colocado a céu aberto, levando à contaminação do solo e de corpos d'água e à disseminação de doenças. Os recursos naturais de transformação em água potável são lentos, frágeis e limitados. A água, portanto, deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia. Essa é uma questão a ser levada à consciência de cada cidadão, desde sua infância.

Em paralelo, políticos e legisladores têm a tarefa de equilibrar nosso modelo de desenvolvimento para garantia de satisfação das necessidades desta geração sem desabastecer as próximas, incluindo todas as outras espécies da natureza. A água é condição essencial de vida de todo vegetal, animal e ser humano. As singularidades socio-ambientais locais e o efetivo envolvimento das comunidades devem ser considerados na implementação dos instrumentos de gestão. Elemento presente na quase totalidade das atividades produtivas, econômicas e de lazer, a água se torna motivo de conflitos no seu partilhamento, em mais um desafio para o pleno exercício da democracia.

Desejamos que, com a cooperação da sociedade, nossa frente parlamentar, em sintonia com as reflexões promovidas pela CNBB, cumpra bem sua parte, para que os nossos descendentes possam celebrar, com o devido apreço, o Dia Mundial da Água. Muito obrigado. A Presidência manifesta às autoridades, aos irmãos e às irmãs indígenas e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 23/3/2004.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/3/2004

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782; manutenção; declaração de voto - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.922; rejeição - Questão de ordem; homenagem póstuma - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - George Hilton - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Marília Campos, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando a inversão da pauta da presente reunião, de modo que os vetos às Proposições de Lei nºs 15.782 e 15.922 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782, que altera a denominação e o objeto da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso XX, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Votaram "não" 4 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.782. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declaração de Voto

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, declaro que me absteve de votar. Absteve-me, como voto simbólico. Lembro que, quando esse projeto foi votado, em dezembro, absteremo-nos, simbolicamente, pois sabíamos que de nada adiantaria. Mas consideramos importante declarar, em nome do povo mineiro, que, a nosso ver, esse projeto não deveria ter sido votado. Ele cria a CODEMIG, a partir da extinção de outra empresa, a COMIG, em relação à qual há suspeitas de irregularidade no uso do dinheiro público.

Presidente, Deputadas e Deputados, cada dia mais, surgem denúncias, que estamos investigando. Há dez dias, estivemos na MG-10, que está sendo construída desde 1989 e ainda está inacabada. O serviço realizado está quase perdido e foi feito com verbas da COMIG, como no caso de Ouro Preto, do trecho de Maria da Fé a Cristina e em tantos outros. Portanto, declaro que não quis votar, nem mesmo em branco. O projeto não deveria ter sido votado antes de se resolver o problema da COMIG, da CDI, da TURMINAS e da CODEURB. Aliás, fizemos requerimento com relação a essas três empresas que se conglomeraram na CODEMIG.

Esclareço que acreditamos na CODEMIG. Esperamos que ela seja uma agência de desenvolvimento para o Estado, mas não podemos deixar o caso da COMIG debaixo do tapete. Essa é a nossa preocupação.

Há um pedido de CPI, com 40 assinaturas. Esperamos a criação dessa CPI, porque há sérios indícios de irregularidade no uso de dinheiro público. Temos compromisso, como parlamentar, de fazer essa CPI, para não haver mais desvio e mau uso do dinheiro público, pois precisamos de recursos para a educação, a saúde e o meio ambiente. Este é o Ano da Água e precisamos de dinheiro para fazer saneamento nas cidades. É um dinheiro importante, que não pode ser desviado.

Em nome dos mineiros que lutam, sofrem e suam para ter seu dinheiro, esclarecemos que nos abstermos, simbolicamente, porque foi mantido o veto. Peço, mais uma vez, resposta aos nossos requerimentos de investigação das condições em que se encontravam a CDI, a TURMINAS e a CODEURB, assinados por mim e pelos Deputados Rogério Correia e Biel Rocha. Precisamos de resposta para continuar a nossa fiscalização.

Repito, desejamos bom trabalho à CODEMIG. Esperamos a criação da CPI para isentarmos a CODEMIG e para ninguém pensar que ela comete os mesmos erros e desvios da COMIG.

Finalmente, lembro que pesa sobre a COMIG a venda das ações. Acompanho no Ministério Público o depoimento das pessoas envolvidas na venda de ações para uma empresa no paraíso fiscal das Bahamas. Por aí, dá para desconfiar de que há realmente indícios de fraudes. Baseado em tudo isso, repito, não votamos esse veto, porque a nosso ver esse projeto nem deveria ter sido votado. Obrigado.

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.922, que estabelece diretrizes para a verificação da segurança de barragens e depósitos de resíduos tóxicos industriais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso XX, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Wanderley Ávila - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 46 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.922. À promulgação.

Questão de Ordem

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, gostaria da atenção de todos os Deputados, porque, hoje à tarde, recebemos a notícia do passamento da mãe do nosso prezado Deputado Dalmo Ribeiro Silva, na cidade de Ouro Fino, onde está acontecendo o velório e ocorrerá o sepultamento. Considerando a estima que todos temos pelo Deputado e, naturalmente, de forma extensiva, por todos os seus familiares, gostaria de pedir a V. Exa. que guardássemos 1 minuto de silêncio em homenagem à mãe do nosso querido Deputado, como um gesto de condolência desta Casa Legislativa a todos os familiares e, em particular, ao nosso querido amigo Dalmo Ribeiro Silva.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita aos Deputados que seja feito 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma à mãe do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

- Procede-se à homenagem póstuma.

Questão de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, pedimos o encerramento, de plano, da reunião, tendo em vista não termos mais número suficiente para continuação dos nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 24, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 24/3/2004

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Biel Rocha - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 9h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 9/3/2004

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar, Leonardo Quintão e Biel Rocha (substituindo este à Deputada Jô Moraes, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 847/2004 (relator: Deputado Leonardo Quintão). O Projeto de Lei nº 871/2003 é retirado da pauta, por determinação do Presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.305, 2.310 a 2.313, 2.315, 2.316, 2.318 a 2.323, 2.325 e 2.390/2004. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados

requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir cronograma de instalação do serviço de telefonia móvel nos municípios que menciona; do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão, no auditório da CEMIG, para discutir os efeitos do novo modelo institucional energético apresentado pelo Ministério das Minas e Energia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2004.

Paulo Piau, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Jô Moraes - Fábio Avelar.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 16/3/2004

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Gil Pereira, Laudelino Augusto e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Ana Maria Resende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Laudelino Augusto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.462/2004. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Lavras para debater às obras de duplicação do trecho compreendido entre a BR-381 e a entrada da BR-354, que liga o Município a São João del-Rei e os projetos de retomada das obras na BR-265, e que seja realizada visita técnica às obras antes da audiência pública; e em que solicita visita da Comissão ao Presidente do BDMG para obter informações sobre o Projeto Novo SOMMA; e Célio Moreira, em que solicita seja feita visita ao Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, para tratar de assuntos referentes à malha viária mineira. Submetida a discussão e votação, é aprovada a redação final do Projeto de Lei nº 1.024/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2004.

Célio Moreira, Presidente - Gil Pereira - Laudelino Augusto.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para emitir parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738, 15.852 e 15.921 NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 16/3/2004

Às 14h58min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Miguel Martini, Gil Pereira e Biel Rocha. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer sobre os vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738, 15.852 e 15.921 e suspende a reunião por alguns minutos. Às 15h10min são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Mauro Lobo, Biel Rocha, Gil Pereira e Sidinho do Ferrotaco (substituindo este ao Deputado Miguel Martini por indicação da Liderança do BPS). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela manutenção dos vetos parciais às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738 (relator: Deputado Gil Pereira) 15.852 e 15.921 (relator: Deputado Miguel Martini). Registra-se voto contrário do Deputado Biel Rocha aos pareceres sobre os vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, 15.738 e 15.921, pelas razões a seguir citadas: Quanto ao veto à Proposição de Lei nº 15.738, o Chefe do Executivo argumenta que trata-se de multa excessivamente alta. Na verdade, o valor estipulado trata-se do limite máximo, e não de um único valor pecuniário. Ademais, remete a regulamentação posterior a aplicação da multa até 2.000 UFEMGs, podendo o Executivo escalonar o valor levando em consideração a primariedade e a reincidência, entre outros fatores. O Governador ainda vetou o art. 3º, que determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação. Não faz sentido, já que o prazo de regulamentação da lei foi estabelecido em 60 dias a partir de sua publicação, tempo suficientemente hábil para os interessados a ela se adaptarem. Quanto ao veto à Proposição de Lei nº 15.734, a justificação é uma pretensa inconstitucionalidade dos dispositivos. Entretanto, a ADIN na qual o Governador se arrima em suas razões de veto não trata da constitucionalidade ou não da cobrança, mas sim de seu valor exacerbado. A nosso ver, o Governo quer considerar inconstitucional a proposição sem mesmo haver jurisprudência pertinente ao caso. Temos que o objetivo da cobrança da taxa junto à FENASEG atende ao interesse público, pois o Estado subsidia essa entidade privada, por meio do DETRAN, fornecendo e atualizando os cadastros de todos os veículos emplacados pelo Estado e lançando a quitação do pagamento no DUT. Em seguida, a Presidência suspende a reunião para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, a ata é aprovada e subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2004.

Mauro Lobo, Presidente - Biel Rocha - Sidinho do Ferrotaco.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 16/3/2004

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Luiz Humberto Carneiro e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Padre João, assume a Presidência e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Marize Maria Gabriel de Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda, publicado no "Diário do Legislativo" de 12/3/2004; e do Deputado Gil Pereira, em que encaminha cópia da ata da 3ª Reunião da Subcâmara de Seguro Rural do Conselho Estadual de Política Agrícola - CEPA -, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 1.290/2003, no 1º turno, ao Deputado Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.290/2003 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Luiz Humberto Carneiro). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2004.

Gil Pereira, Presidente - Padre João - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre os Vetos às Proposições de lei nºs 15.843, 15.855, 15.902 e 15.922, em 16/3/2004

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria José Haueisen e os Deputados Bonifácio Mourão e Ermano Batista (substituindo este ao Deputado Fábio Avelar, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer sobre o veto à Proposição de Lei nº 15.855 e esclarece que os pareceres sobre os vetos às Proposições de Lei nºs 15.843, 15.902 e 15.922 foram apreciados na reunião do dia 16/3/2004. Continua em discussão o parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.855, (relatora: Deputada Maria José Haueisen), que conclui pela rejeição do veto. Nesta fase, o Deputado Bonifácio Mourão apresenta voto em separado pela manutenção do veto. Colocado em votação, é rejeitado o parecer da Deputada Maria José Haueisen e aprovado o voto em separado do Deputado Bonifácio Mourão, o qual passa a ser considerado o parecer da Comissão. Assim, o Deputado Bonifácio Mourão passa a ser o novo relator da matéria. Registra-se o voto contrário da Deputada Maria José Haueisen. A Presidência suspende a reunião por alguns minutos para que seja feita a lavratura da ata desta reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidente, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata desta reunião, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2004.

Maria José Haueisen, Presidente - Bonifácio Mourão - Ermano Batista.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/3/2004

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos, Biel Rocha e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.468/2004. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2004.

Durval Ângelo, Presidente - Biel Rocha - Dinis Pinheiro.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 16ª Reunião Ordinária da 2ª sessão legislativa Ordinária da 15ª legislatura, em 25/3/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.734, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a Legislação Tributária no Estado, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2.40 e 2.41 da Tabela A do Anexo I e aos itens 5.10 e 5.11 da Tabela D do Anexo IV.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.738, que acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9/12/94, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.784, que torna obrigatória, nos estabelecimentos que menciona, a afixação de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias dos alimentos por eles comercializados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 4º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.852, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.855, que altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28/4/98, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, o qual dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.898, que dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.902, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.914, que dispõe sobre a doação, por empresa pública ou privada, de mochila, pasta e material escolar a escola da rede pública estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 3º do art. 2º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo graus e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.924, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.925, que dispõe sobre a prática da Educação Física na rede pública estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, de servidores públicos e de pensionistas do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928 que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, que cria o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 7º, 11 e 14 e pela rejeição do veto ao art. 13.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.932, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado no exercício de 2004. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos 157, 579 e 492, todos do Anexo V, a que se refere o art. 11.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 25/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 430/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.072 e 1.289/2003, do Deputado Ricardo Duarte; 1.331/2003, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 1.397/2004, do Governador do Estado; 340/2003, do Deputado Alberto Bejani; 350/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 417/2003, do Deputado Olinto Godinho; 462 e 463/2003, do Deputado Antônio Andrade; 495 e 498/2003, do Deputado Wanderley Ávila; 517/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria; 529/2003, da Deputada Maria Olívia; 1.104 e 1.190/2003, do Deputado Fahim Sawan; 1.238 e 1.312/2003, do Governador do Estado; 1.362/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira; 1.367 e 1.377/2004, da Deputada Lúcia Pacífico; 1.385, 1.386 e 1.409/2004, do Deputado Gustavo Valadares; 1.426/2004, do Deputado André Quintão.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.295/2003, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 949/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.051/2003, do Deputado Roberto Carvalho; 1.180/2003, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.227/2003, do Deputado Dimas Fabiano; 1.355/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 1.356/2004, do Deputado Domingos Sávio; 1.365/2004, do Deputado Chico Simões; 1.368/2004, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.371/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.375/2004, do Deputado Durval Ângelo; 1.381/2004, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.393/2004, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Proposta de Ação Legislativa nº 214/2003, de autoria popular.

Finalidade: discutir o tema Democratização dos Meios de Comunicação e apreciar proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 25/3/2004, destinada, I - à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II - à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.734, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a Legislação Tributária no Estado, e dá outras providências; 15.738, que acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9/12/94, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público; 15.784, que torna obrigatória, nos estabelecimentos que menciona, a afixação de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias dos alimentos por eles comercializados; 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências; 15.852, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências; 15.855, que altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28/4/98, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, o qual dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências; 15.898, que dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal; 15.902, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH - e dá outras providências; 15.914, que dispõe sobre a doação, por empresa pública ou privada, de mochila, pasta e material escolar a escola da rede pública estadual; 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo grau e dá outras providências; 15.924, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino; 15.925, que dispõe sobre a prática da educação física na rede pública estadual de ensino; 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, de servidores públicos e de pensionistas do Estado; 15.928, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, que cria o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, e dá outras providências; e 15.932, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado no exercício de 2004; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera o "caput" do art.84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de março de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.195/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.195/2003, de autoria da Deputada Jô Moraes, que declara de utilidade pública o Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas - MGA -, com sede no Município de Alfenas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.195/2003

Declara de utilidade pública o Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas - MGA -, com sede no Município de Alfenas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas - MGA -, com sede no Município de Alfenas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 17 de março de 2004.

Maria Olívia, Presidente - Laudelino Augusto, relator - Djalma Diniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.204/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.204/2003, de autoria do Deputado Dilzon Melo, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Ribeirão da Onça, com sede no Município de Campos Gerais, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.204/2003

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Ribeirão da Onça, com sede no Município de Campos Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Ribeirão da Onça, com sede no Município de Campos Gerais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 17 de março de 2004.

Maria Olívia, Presidente - Laudelino Augusto, relator - Djalma Diniz.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 23/3/2004, as seguintes comunicações:

Do Deputado Elmiro Nascimento, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Marco Túlio Rodrigues, ocorrido em 11/3/2004, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

Da Deputada Maria Olívia, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Wilson Trópia, ocorrido em 18/3/2004, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Paulo Piau, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Moisés da Silva, em 18/3/2004, em Pirajuba. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2004

Objeto: aquisição de equipamentos para sonorização.

Licitantes vencedoras: Dinâmica Eletrônica Ltda. (lote 1); Instituto Musical de Osasco Comercial Ltda. (lote 2); A Serenata Ltda. (lote 3); Cineson Santos Comercial Ltda. (lote 4) e Abrange Comercial Ltda. (lotes 5 e 6).

Belo Horizonte, 24 de março de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2004

Objeto: aquisição de 8 calculadoras de mesa de 14 dígitos, visor e bobina.

Licitante vencedora: Fênix Comércio de Suprimentos de Informática Ltda.

Belo Horizonte, 24 de março de 2004.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda. Objeto: contratação de 8 auxiliares de serviços gerais. Dotação orçamentária: 01.122001.2-127.0001 -33903700. Vigência: 12 meses a contar de 1º/3/2004. Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2003.

TERMO DE ADITAMENTO

1ª Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Objeto: estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações da polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo. Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação. Vigência: 12 meses a partir de 1º/2/2004.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Mauro de Paula Gonçalves. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 26/2/2004 a 15/2/2005. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903600.